



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



**Processo:** 0147.001.0005928

**Requerente:** Vereadora Imilia de Souza

**Súmula:** Projeto de Lei que institui *"Campanha de Prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, denominada "abril verde" no Município de Sapucaia do Sul"*

### RELATÓRIO

Trata-se de uma proposição de origem do Poder Legislativo Municipal, solicitando aprovação do Projeto de Lei Legislativo que institui *"Campanha de Prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, denominada "abril verde" no Município de Sapucaia do Sul"*, conforme justificativa anexa (fls. 02/03)

### PARECER

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o projeto, que é celebrar uma data em especial ao trabalhador no que tange aos acidentes do trabalho e sua prevenção, com a instituição do mês de abril verde.

Os termos da justificativa ressaltam a importância e a relevância do trabalho aliado à necessidade de maior segurança ao seu trabalhador e sua saúde para o desempenho laboral.

Cumprе destacar que a proposição legislativa em comento tem por objetivo reconhecer o relevante trabalho prestado pelo trabalhador e seu bom desenvolvimento laboral com viés a prevenção dos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

A proposta em exame nos afigura revestida de condição de legalidade, pois por força da Constituição, os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, e de suplementar a legislação federal e estadual, no que couber (art. 30, I e II).

No que tange à competência, a Constituição vigente não contém nenhuma disposição que impeça a Câmara de Vereadores de legislar sobre fixação de datas



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



comemorativas e eventos municipais, nem tal matéria foi reservada com exclusividade ao Executivo ou mesmo situa-se na esfera de competência legislativa privativa da União.

Observe-se, ainda que o Projeto de Lei em foco não importa em aumento da despesa pública, na medida em que não há previsão nesse sentido, não obrigando o Poder Público à efetiva realização de comemoração ou festividade oficial, neste ponto, denominada de "abril verde".

Finalmente, cumpre ressaltar que tal expressão não mais se emprega no ordenamento jurídico brasileiro desde a edição da Lei Complementar nº 107/2001, que alterou a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 95/1998:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado a proposta reúne condições de legalidade, estando em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, visto que a matéria trata-se de interesse local.

Por essas razões opino pela possibilidade jurídica da tramitação, discussão e votação da matéria proposta, por não vislumbrar vício de legalidade, inconstitucionalidade formal ou material que impedisse o seu trâmite.

Contudo, apresento a ressalva com relação ao art. 4º (...revogadas as disposições em contrário) da presente Proposição Legislativa.

É o parecer

Sapucaia do Sul, 19 de junho de 2017.

João Roberto da Fonseca Junior  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257